

O DEBATE SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADES NA ESCOLA O QUE TEMOS A TEMER?

Samira de Moraes Maia Viganó¹
Morgana Zardo von Mechel²

Resumo: Neste artigo visa debater a retirada de gênero dos planos de educação, e projetos de lei que se fundamentam em uma suposta doutrinação feita pelos docentes, buscando compreender como isso repercutiu no cotidiano das professoras e professores. A necessidade desse debate chama a atenção para o retrocesso na educação para as diversidades. O artigo debate sobre gênero e ideologia de gênero, e sobre política e educação. Enfatiza-se que a proibição do debate de gênero e das diversidades atua para a manutenção de preconceitos e violências.

Palavras-chave: gênero; diversidade; política; educação.

THE DEBATE ON GENDER AND DIVERSITIES AT SCHOOL: WHAT DO WE HAVE TO FEAR?

Abstract: The aim is to discuss the withdrawal of gender in education plans and bills that are based on a supposed indoctrination made by teachers, trying to understand how this affected the daily lives of teachers. The need for this debate is based on attention to the regression in education for the diversities. The article discusses gender and gender ideology and politics and education. It is emphasized that the prohibition of debate about gender and diversities acts for the maintenance of prejudices and violence.

Keywords: gender; diversity; policy; education.

¹ Atualmente é Doutoranda em Educação, pela UFSC - 2015/2019, e tutora presencial da Universidade Federal de Santa Catarina no curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola - CFH/UFSC, vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG). Membro do grupo de pesquisa denominado "Estudo e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos" (EPEJA). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2006), Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014) na Linha de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores. Com experiência na área de Educação, com ênfase em Formação de Professores, gênero, Educação de Jovens e Adultos e Diversidades Sociais.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina, na linha de pesquisa Ensino e Formação de Educadores. Especialista em Gestão de Pessoas nas Organizações pela Universidade Federal de Santa Catarina. Tecnóloga em Gestão Comercial pelo SENAC. Atuou, desde 2008 até 2018, como tutora na Universidade Aberta do Brasil no curso de Administração ofertado pela UFSC. Pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos. Cursa Pedagogia na Universidade Paulista.

INTRODUÇÃO

É difícil pensarmos em somente um tema para focar nesse dossiê, que tem como meta discutir a educação em tempos de crise, pois na atual conjuntura do sistema educacional brasileiro, há muitos questionamentos que precisamos problematizar.

A educação, assim como outras áreas, está sendo diariamente “bombardeada” de reformas que visam retroceder as poucas conquistas que o setor fez até esse momento.

Ao pensarmos em contribuir para a ampliação da temática, objetivamos com esse artigo debater a retirada dos estudos de gênero dos planos de educação, e projetos de lei que se fundamentam em uma suposta doutrinação feita pelos docentes, buscando compreender como que esse assunto repercutiu no cotidiano das professoras e professores em sala de aula.

A ideia de discutir sobre gênero vem ao encontro de tal temática fazendo parte da nossa formação como tutora no Instituto de Estudos de Gênero (IEG) e no Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE), e de nosso doutoramento estar vinculado com esse assunto dentro do Programa de Pós-graduação em Educação, na linha de Ensino e Formação de Educadores (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Justificamos a escolha do tema, pelo fato de que é preciso demonstrar como a retirada de gênero do debate de sala de aula, se traduz como um retrocesso no processo de educação para as diversidades. Para tanto, buscaremos contextualizar no decorrer da escrita o que é gênero, o que é sexo, identidade de gênero, orientação sexual e ideologia de gênero, Movimento/Programa Escola sem Partido e alguns projetos de lei.

Utilizamos como referencial teórico: Flávia Motta, Flavia Biroli, Paulo Freire, Sérgio Carrara, Moacir Gadotti, entre outros; e dividiremos o artigo em duas partes principais: a primeira versará em uma discussão sobre gênero e ideologia de gênero, e a segunda buscará se aproximar do atual cenário político que influencia os processos educacionais.

Por fim, é interessante refletirmos acerca da influência da política e da religião na educação, em um estado que se coloca como laico, e que, no entanto, carrega

preceitos religiosos cristãos que se valem até mesmo para definir os currículos da escola; e de que maneira essas práticas podem ser compreendidas como violências simbólicas, que impõem a cultura dominante que ao longo da história, mantêm as tradições que determinam as funções sociais.

1 GÊNERO OU IDEOLOGIA DE GÊNERO

O atual contexto da educação brasileira se cercou de vários projetos de lei que desejam mudanças no âmbito educacional. Esses projetos estão fortemente vinculados com a bancada religiosa, formada por deputados e senadores, que tem poder de votar no congresso nacional, e decidir o “destino” de vários setores. Esse fundamentalismo religioso refere-se ao movimento religioso e conservador que iniciou nos Estados Unidos, no início do século XX, pelos seguidores do protestantismo, em que o objetivo central era de inserir as palavras bíblicas como fundamentais para guiar a vida de todos os seres humanos.

O fundamentalismo veio à tona com o fortalecimento da bancada de deputados cristãos no Congresso Nacional, que se uniram a outros deputados da esfera conservadora, a fim de inculcar “velhos” princípios conservadores que delimitam o lugar das mulheres, dos homens e dos homossexuais.

Dentre os vários projetos, há um bastante polêmico, que prevê a punição dos professores e professoras que falarem sobre gênero em sala de aula. É o que estão chamando de ideologia de gênero. A ideologia de gênero é uma deturpação do que é os estudos de gênero, e do que se entende pelos conceitos de respeito as identidades de gênero, orientação sexual e sexualidade. Conforme Biroli (2015):

A democracia e os direitos individuais estão sendo ameaçados por ofensivas contra o que vem sendo chamado de “ideologia de gênero”. Trata-se da ação retrógrada, orquestrada, de alguns grupos religiosos na política. Embora se digam contra uma “ideologia”, atuam para frear e interromper a consolidação de valores básicos da democracia, como o tratamento igual aos indivíduos independentemente do que os singulariza e a promoção, no ambiente escolar, do respeito à pluralidade e diversidade que caracterizam as sociedades contemporâneas (BIROLI, 2015, p. s/p).

Já desde meados dos anos 70 os movimentos sociais, inicialmente provenientes da luta pelos direitos das mulheres (movimento feminista), têm os debates de gênero e diversidades em sua pauta de ações em prol da igualdade social. Esses movimentos se constituíram na denúncia contra grupos denominados como

minorias (mulheres, homossexuais, negros, deficientes, entre outros), que são alvo de violências e humilhações. Essas violências são historicamente repassadas, sendo em vezes, naturalizadas e aceitas por várias culturas.

As sociedades instituem uma espécie de “de-finição” de funções para homens e mulheres, quase sempre pautadas em critérios sexistas, classistas e racistas, que, por permanecerem inquestionáveis e pouco alteradas no tempo, são incorporadas e repassadas às novas gerações como elementos naturais. A naturalização das relações de dominação e exploração de homens sobre as mulheres, de povos brancos sobre diversas etnias, assim como de ricos sobre pobres, tem sido um importante mecanismo de manutenção do status quo, reforçando preconceitos e estereótipos, sustentados por uma suposta determinação biológica (POGGIO, 2012, p. 92).

Mesmo a escola sendo, por vezes, o primeiro espaço que me reconheço entre colegas da mesma idade, mesmo sendo uma criança entrando na educação infantil, ela não chega ao ambiente escolar sem nenhum conhecimento, ela traz consigo uma série de saberes, comportamentos e valores provenientes do espaço em que vive, e a escola acaba sendo o lugar em que esses sujeitos começam a reproduzir seus valores e a demonstrar os comportamentos aprendidos, dentro e fora da escola. São marcadores sociais que são introduzidos desde o nascimento, e fixam os lugares e as posturas que cada um deve ter, ou seja, comportamentos, roupas e características do homem e da mulher. A criança reproduz seus comportamentos e valores independentemente de saber se trata de algo “ruim ou bom”, ou se está “certa ou errada”, ou ainda, se é “preconceituosa, racista ou homofobia”, ela apenas os reproduz.

Esse crescimento dos preconceitos e das violências de gênero, seja ela contra as mulheres, homossexuais ou pessoas de gênero divergentes, fez com que fossem pensadas políticas públicas de formação docente, para que, a escola comece a ser um espaço de debate e problematização das diferenças, buscando compreender que cada ser humano tem o direito de viver com segurança, independentemente do seu gênero ou da sua orientação sexual. “Essas discriminações têm efeito limitador não apenas com relação às possibilidades de inclusão efetiva dos sujeitos no ambiente escolar, mas afetam também as possibilidades de aprendizado” (MOTTA, 2006, p. 53).

Desse modo, para iniciarmos a discussão sobre as demandas referentes à temática da retirada de gênero e diversidades na educação, devemos inicialmente, contextualizar algumas questões que se mostram presentes no debate atual, e que,

em vezes são causadores de embates polêmicos pela falta de entendimento dos termos.

Primeiramente, o que se refere ao gênero, o conceito e o entendimento de gênero, tem referência às diferenças nos modos de ser homem e de ser mulher, modos que embora tenham uma determinação biológica, são influenciados por o que há de social e cultural (SCOTT, 1990).

O conceito de gênero enfatiza, assim, a dimensão cultural que apresenta um papel estruturante no processo de tornar-se homem ou mulher. Observa-se, portanto, que ao se falar em gênero, não se fala exclusivamente de macho ou fêmea, mas de masculino e feminino, em diferentes masculinidades e feminilidades. Gênero, assim, remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais, bem como simbólicas que abrangem processos de configuração de identidades, definições de papéis e funções sociais, des/construções de representações e imagens, distintas distribuições de recursos e de poder entre os que são socialmente definidos como homens e mulheres e o que é - e o que não é - considerado de homem ou de mulher, nas diferentes sociedades e ao longo do tempo (SANTANA, 2015, p.124).

A respeito do que entendemos por sexo, conceitualizamos como sendo biológico, mesmo aceitando que há no sexo a influência social e cultural, nesse momento, vamos dialogar a partir de que gênero é cultural e sexo é biológico.

De acordo com os estudos feministas o conceito de gênero nos ajuda a pensar sobre o que foi construído socialmente do que é ser homem e do que é ser mulher, tem referência a como a pessoa se sente em relação a sua identidade sexual e ao seu corpo, já sexo, é biológico, ou seja, quando nascemos somos marcados socialmente como homem se temos um pênis, ou como mulher se temos uma vagina; já se a criança nasceu intersexo, com as duas genitálias, já na maternidade isso deve ser definido, pois não se pode sair do hospital sem essa especificação. Sendo assim, percebemos que a nossa sociedade é calcada pelo sexo biológico, e é ele que define como seremos tratadas, as roupas que usaremos as cores padrão e até mesmo as nossas profissões (LOURO, 1995). Para compreendermos o que há por trás do “medo” da ideologia de gênero, será preciso definirmos o que é identidade de gênero e o que é orientação sexual, até mesmo por que, dentro do atual cenário político/religioso³, é necessário tal esclarecimento.

Sobre a orientação sexual, ela tem relação com o desejo que cada pessoa

³ Quando nos referimos a político/religioso, entendemos que nesse cenário atual, as demandas religiosas se sobrepõem a política, e acabam por direcionar ações e projetos de lei.

sente por outra, podendo ser homossexual, heterossexual, bissexual pansexual, entre outras diversas. Isso quer dizer que, orientação sexual, se refere ao que cada pessoa sente, experimenta ou se atrai emocionalmente, afetivamente ou sexualmente por indivíduos de sexo diferente, do mesmo sexo ou de mais de um sexo (CARRARA, 2010).

A identidade de gênero é como a pessoa se enxerga como ela projetou em sua cabeça o seu corpo, e em nada se refere ao sexo ou a orientação sexual (LANZ, 2015). Quando falamos nessas identidades, podemos nos referir as pessoas transgêneras, transexuais, travestis ou cisgêneras.

O professor ou a professora não tem o ‘poder’ de alterar a orientação sexual ou a identidade de gênero dos sujeitos. A sala de aula é um espaço para a quebra desses preconceitos, e é isso que conduz os estudos de gênero e das diversidades.

Isso que chamam de ideologia de gênero é decorrente da falta de compreensão e aceitação das propostas trazidas a partir dos estudos de gênero. Além disso, há embutido no imaginário de várias pessoas, que se as professoras e professores falarem de gênero sem sala de aula, estarão ensinando seus filhos e filhas a serem homossexuais. Essa falta de entendimento levou muitas famílias a solicitarem aos congressistas a retirada “do gênero” do discurso dos docentes. Supomos que essa falta de compreensão é proveniente da ideia de que:

[...], quanto menos os/as alunos/as souberem sobre gênero e à sexualidade, tanto mais estarão protegidos em relação a eles. O pressuposto é que o conhecimento, nesse caso é nocivo. Outra associação possível é a de que tais temas seriam unicamente de caráter íntimo e privado, não tendo nada a ver com a esfera social – o que já foi problematizado, há muito, pelo movimento feminista ao afirmar que “o pessoal é político” (BALESTRIN; SOARES, 2015, p.49).

O entendimento errôneo sobre o que é gênero e como o debate sobre as diversidades pode agregar para a busca de uma formação plena, em que os estudantes não apenas toleram as diferenças, mas respeitem. O que é compreendido como uma ideologia de gênero se traduz como regulações que trazem o silenciamento, impedindo que a educação cumpra seu papel social. Desse modo:

Dialogar sobre gênero no contexto escolar implica, na maioria das vezes, debater sobre diferentes posições, conceitos, concepções, opinião sobre o que esperamos de cada gênero. É um exercício que exige conhecimento teórico-metodológico sobre a temática para que possam ser identificados os argumentos pautados em concepções conservadoras, machistas, sexistas, homofóbicas, heterossexistas, racistas, classistas, etc (GRAUPE; SOUSA, 2015, p.113).

A escola precisa perceber as diversidades como parte inerente de seu espaço, e um reflexo da sociedade, em prol de direitos humanos. Ao desenvolver atividades de superação das discriminações, a escola valorizar o percurso particular dos grupos que a compõem, e conduz a ação docente a desafiar-se a cada novo obstáculo, possibilitando assim, trabalhar contra a desigualdade e discriminação (GRAUPE; SOUSA, 2015).

Dentre os objetivos da educação escolar, está o de criar uma escola que cumpra sua função social de inclusão e participação, uma educação cidadã; uma escola laica, que respeite todos os credos e religiões, que esteja atenta às diversidades, que combata a violência de gênero e o racismo e que forneça às alunas e alunos subsídios para viver em sociedade. De acordo com Freire “respeito pela linguagem do outro, pela cor do outro, o gênero do outro, a classe do outro, a orientação sexual do outro, a capacidade intelectual do outro” (FREIRE, 2001, p. 60).

Por fim, é preciso que compreendamos tudo isso “à luz de seus condicionantes sociais e culturais, no que pressupõe pensar que as identidades de gênero não são estanques e imutáveis e constroem-se nas aproximações” (POGGIO, 2012, p. 91).

2 A (DES) POLÍTICA E A EDUCAÇÃO

A docência sempre foi carregada de dificuldades e processos de luta, mas em particular esse ano, com o atual contexto do governo federal, as militâncias se acentuaram, e a academia ficou mais próxima ao contexto social e político, deixando de apenas discutir em sala de aula, mas buscando alternativas de reação. De acordo com Freire “a educação constitui-se em um ato coletivo, solidário, uma troca de experiências, em que cada envolvido discute suas ideias e concepções” (FREIRE, 1998, p. 96). Desse modo, “a dialogicidade constitui-se no princípio fundamental da relação entre educador e educando” (FREIRE, 1998, p. 96).

Nesse contexto, é importante pensarmos: que tipo de escola temos e que tipo de escola queremos? Que sujeitos temos e que sujeitos queremos? Isso porque a escola, sendo um espaço privilegiado e importante na formação e transformação do sujeito, tem por função, além da transmissão de conteúdo, ampliar o conhecimento de todos/os os/as envolvidos/as na educação. A escola não pode negar-se à reflexão e discussão de situações do cotidiano, dentre elas as desigualdades de gênero e a diversidade sexual, e necessita estar aberta a ouvir a demanda de alunos/as e professores/as (GRAUPE; SOUSA, 2015, p.113).

A partir da Constituição Brasileira de 1988, foram criados cenários políticos que começassem a debater a ideia de inclusão dos “excluídos”, denominados, também, como minorias, ou seja, àquele grupo de pessoas que não se enquadrava nos padrões exigidos pelo patriarcado, ou que de alguma forma, foram historicamente inferiorizados por aspectos biológicos. Vale ressaltarmos que, o termo minorias, não está relacionado com a quantidade populacional, mas sim, com a representatividade política que esse grupo possui, e quanto menor a representatividade política, menos direitos serão obtidos.

Entretanto, mesmo que já se busque um debate sobre a inclusão e as diversidades, atualmente, transita no congresso nacional pelo menos cinco projetos de lei que pretendem interferir no currículo escolar, a fim de evitar a “doutrinação ideológica”. Esses projetos pretendem retirar os debates sobre gênero e sexualidade, das elaborações dos Planos Municipais de Educação, e punir os docentes que não cumprirem com que é solicitado. Um dos projetos é o 2731/2015, que altera o Plano Nacional de Educação (PNE), acabando com a discussão de gênero dentro das escolas.

O projeto de lei é de autoria do deputado federal Eros Biondini (PTB-MG) que defende a inclusão do seguinte trecho no artigo 2º do PNE: “É proibida a utilização de qualquer tipo de ideologia na educação nacional, em especial o uso da ideologia de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e seus derivados, sob qualquer pretexto”. Os professores e professoras que ousarem falar de gênero em sala de aula, podem estar sujeitos às mesmas penas previstas no artigo 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê prisão de 6 meses a 2 anos.

Há também outro texto no congresso nacional, que é de autoria do deputado Erivelton Santana (PSC-BA) o Projeto de Lei - PL 7180/2014 do deputado Erivelton, que pretende alterar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), no que se refere aos temas transversais, pois eles são o marco da inculcação da ideologia de gênero na escola.

São vários os projetos de lei que visam modificar a legislação brasileira para instituir a censura, proibir a livre manifestação do pensamento e criminalizar o professorado. Há alguns mais locais como a Lei da Mordaça (PL 01/2015), da deputada distrital Sandra Faraj (SD – Solidariedade), e outros mais, que se forem

concretizados trarão um retrocesso em décadas, do que se conquistou nos últimos anos.

Todo esse movimento fortaleceu alguns partidos, ideias e diretrizes neoliberais, religiosas e que objetivam afastar a formação crítica que é uma das funções da educação; um desses movimentos chama-se Escola sem Partido. Tal movimento se diz defensor de uma escola difusora de um conhecimento neutro e equilibrado, funcionando sem correntes políticas ou ideológicas. O movimento é coordenado por Miguel Nagib, procurador do Estado de São Paulo, que diz que, o site é uma associação informal, sem nenhuma vinculação política, ideológica ou partidária.

Esse movimento também se coloca como algo proveniente do envolvimento coletivo de estudantes, pais e professores preocupados com a educação e a doutrinação que docentes comunistas fazem em sala de aula⁴. Segundo a Escola Sem Partido, os professores formariam um exército de militantes em favor da “doutrinação marxista, esquerdista”, e as questões de gênero e o estudo das diversidades propagadas pelos professores e professoras, levariam os estudantes a uma orientação sexual não aceita nos padrões heteronormativos.

Entre os apoiadores da Escola sem Partido está o Movimento Brasil Livre, um dos protagonistas dos protestos pelo impedimento da então Presidenta Dilma Rousseff, deputados do PSC, PMDB e PSDB, a bancada evangélica, professores universitários como Bráulio Porto de Matos, vice-presidente desse movimento e professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e atores como Alexandre Frotta, ambos levaram a proposta da Escola sem Partido para o Ministro da Educação, Mendonça Filho, e foram muito bem recebidos e acolhidos (GADOTTI, 2016).

O movimento Escola sem Partido luta por uma lei que inclua na LDB (Lei de Diretrizes e Bases e Educação Nacional) o “Programa Escola sem Partido”, que determina princípios educativos neutros, assim como determina comportamentos e deveres que as professoras e professores precisam manter em sala de aula e que não afrontem a neutralidade ideológica, política e partidária dos alunos e alunas.

A proposta de lei desse Programa e a retirada dos termos de gênero dos planos de educação culminaram para que as professoras e os professores sejam alvo

⁴ Para saber mais entre no site: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>

preferencial dos atuais debates promovidos pela bancada religiosa cristã. Essa bancada fundamenta-se religiosamente, sem critérios de Direitos Humanos, fazendo com que os docentes sejam considerados responsáveis por todas as atitudes “esquerdistas e comunistas” ou de orientação sexual, identidade de gênero, que os estudantes possam vir a ter. No artigo três do projeto de lei proposto pelo Programa há a referência para que a escola não interfira na orientação sexual dos estudantes, sendo vedada qualquer fala ideológica sobre gênero que conduza os alunos ou alunas a uma “nova” escolha.

De acordo com o Escola sem Partido, tornar-se-á obrigatória a colocação de cartazes em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio contendo os “deveres do professor”. São seis deveres contra o abuso da liberdade de ensinar, dos quais trazemos a seguir apenas três para ilustrar: I - O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias. (...) III - O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas. (...) V - O Professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. (...) (retirado do site escola sem partido, sem referência, sem página).

Em contraposição a esses “deveres do professor”, Biroli (2015), indica-nos a importância de uma educação para a igualdade e para a compreensão das diversidades. Sendo assim, a práxis pedagógica pode orientar para atuação de professores e professoras, que contribuam para a diminuição do sofrimento dos indivíduos que veem o valor das suas vidas reduzido por questões de gênero, onde, as meninas que estão sujeitas a estupro e abusos; sujeitos são diariamente agredidos em razão de sua identidade de gênero ou orientação sexual, favorecendo a formação de agentes e transformação social, objetivando a construção de relações mais respeitadas, de uma sociedade mais igualitária (BIROLI, 2015).

Há no site do Escola sem Partido, uma área determinada para que as pessoas façam denúncias sobre práticas docentes “duvidosas”. O site expõe que, quando a família perceber que seus entes estão sendo vítimas de doutrinação ideológica, a denúncia deve ser feita, para que o Movimento tome as devidas providências, que são: perseguição dos professores e professoras em redes sociais, espaço de trabalho

ou de residência, faixas acusatórias em locais públicos para desmoralizar o professor ou professora, até registro de boletim de ocorrência com acusação de assédio moral ou violação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Além do espaço de denúncia, o site explica como se pode perceber que os alunos e alunas estão sendo “vítimas” da ideologia de gênero. Isso porque, de acordo com o Movimento, as estratégias da doutrinação ideológica são muitas, sutis e sofisticadas, sendo que o doutrinador ou a doutrinadora (professor ou professora) pode dissimular sua proposta, para assim, “entrar na mente dos estudantes”; desse modo, o reconhecimento de alguns passos, são primordiais para a denúncia: perceber se o docente desvia frequentemente da matéria para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional; verificar se na sala de aula foi adotado ou indicado livros, publicações e autores identificados com determinada corrente ideológica; olhar constantemente os trabalhos e materiais de seus filhos e filhas para ver se não há textos que mostram apenas um dos lados; perceber se nas entrelinhas das obras de arte há um conteúdo político-ideológico marxista; observar se no espaço educativo alguém foi ridicularizado gratuitamente ou desqualifica crenças religiosas ou convicções políticas; cuidar se os estudantes são pressionados a expressar determinados pontos de vista em seus trabalhos; observar se os docentes aliciam alunos para participar de manifestações, atos públicos, passeatas, etc.; perguntar para os estudantes com posições contrárias a dos professores e professoras se as suas notas foram abaixadas e atentar se em sala de aula o docente promove uma atmosfera de intimidação, não permitindo, ou desencorajando a manifestação de pontos de vista discordantes dos seus.

A Escola sem Partido demonstra que a sociedade está manipulada pelo pensamento burguês, pela mídia e por esferas religiosas, e que estão unidos em prol de uma sociedade conservadora e preconceituosa. Caso haja a implementação do Programa Escola sem Partido, o Brasil vai à direção oposta à universalidade na educação: uma educação reflexiva e crítica, cidadã e plural (GADOTTI, 2016).

Finalizando, podemos dizer que, esse artigo, pode ser transcrito em um debate sem fim, todavia a ideia de uma ideologia de gênero e de uma escola sem partido fundamenta-se em um ideal de desigualdade e manutenção de uma sociedade que não aceita as diferenças, nem tão pouco compreende a função social da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatos estão todos os dias nos jornais, em *blogs* e outras redes sociais. Por exemplo: em Curitiba, a professora de Sociologia, Gabriela Viola, foi suspensa porque seus alunos fizeram uma paródia de *funk* com conceitos marxistas. O professor Paulo César Ramos, de Indaiatuba (SP), foi demitido porque defendeu Lula (ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva) no *Facebook*. O professor de Biologia, Deneir de Jesus Meireles, de Ceilândia (DF), propôs um projeto sobre gênero e sexualidade e foi notificado pela deputada distrital, Sandra, a pedido dos pais de uma aluna (GADOTTI, 2016). Além disso, há a propaganda disseminada da frase “meus filhos, minhas regras” (fazendo uma referência à frase usada no movimento de igualdade de gênero “meu corpo, minhas regras”).

Para Graupe e Sousa (2015), o entendimento no debate das diversidades na educação, propicia a compreensão de que a igualdade social que leva em questão as diferenças entre os sexos, classes sociais, gêneros raças e etnias, busca debater o surgimento das discriminações, a fim do favorecimento à igualdade.

É importante salientar que o trabalho com a diversidade está relacionado com os princípios da inclusão, pensar em diversidade, é direcionar o olhar para todos àqueles que estão em busca de seu reconhecimento enquanto sujeitos sociais de direito.

Desse modo, a proibição do debate sobre gênero e as diversidades é basicamente a manutenção de certos limites sociais e morais que alguns grupos não desejam que sejam transpostos. Sendo assim, o que há não é uma ideologia de gênero, mas uma ideologia por trás de um movimento que se diz apertado. Fazendo com que professores e professoras sejam alvo de denúncias, demissões e ameaças por falarem de gênero em sala de aula, e isso é pouco dimensionado na mídia. Essa imposição e violência com a profissão docente, os impede de debater sobre o tema, resultando sem futuras formações homofóbicas, transfóbicas, machistas e sexistas.

REFERÊNCIAS

BALESTRIN, P.; SOARES, R. Gênero na sexualidade nas práticas educativas. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 47-61, jan-jun/2015. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/483/596>. Acesso em: 5 dez. 2016.

BIROLI, Flávia. **A “Ideologia de gênero” e as ameaças à democracia**. Blog da Boitempo, 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/06/26/a-ideologia-de-genero-e-as-ameacas-a-democracia/#prettyPhoto>. Acesso em: 15 nov. 2016.

CARRARA, Sérgio et al. (Org.). Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade. In: **Sexualidades: dimensão conceitual – livro 3 – Módulo III**. GDE. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **A Educação na Cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. A Escola Cidadã frente à Escola sem Partido. Disponível em: <http://paulofreire.org/noticias/500-a-escola-cidada-frente-a-escola-sem-partido>. Acesso em: 4 nov. 2016.

GRAUPE, Mareli Eliane; SOUSA, Lúcia Aulete Búrigo de. Políticas públicas de gênero no campo da educação. In: GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli; MAGRINI, Pedro Rosas. **Especialização em Gênero e Diversidade na Escola - Livro II - Módulo II**. Florianópolis: Copyright, 2015. Cap. 1. p. 72-110.

LANZ, Letícia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, jul./dez., 1995. p. 101-132.

MOTTA, Flávia de Mattos. Gênero, sexualidade e educação. In: SARTORI, Ari José; BRITO, Néli Suzana (Org.). **Gênero na educação: espaço para a diversidade**. 2 ed. Florianópolis: Genus, 2006. p. 48-63.

POGGIO, Inês Soares Nunes. A construção das relações de gênero. In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org). **Educação de jovens e adultos, diversidade e o mundo do trabalho**. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 88-101. 2012.

SANTANA, Anabela Maurício de. Fragmentações e permanências: gênero e diversidade na escola. **Retratos da Escola**, Brasília, jan. 2015. p.123-136.

SCOAT, Joan W. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica**. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.